

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2021.

Nome do manifestante: Rafael Augusto Oliva Gatto

Código de Manifestação: 212.085.923.200

Prezado Senhor Rafael Augusto Oliva Gatto,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir resumidamente transcrito:

“Prezados senhores, boa tarde! Sou acadêmico do mestrado de Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Meu objeto de pesquisa é sobre a atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização da renúncia de receitas, mais precisamente na concessão de incentivos fiscais. Sabemos que os TCs têm um importante trabalho na fiscalização da execução de despesas da administração pública, tais como obras superfaturadas, contratações sem licitação, entre outros. Entretanto, minha hipótese é a de que a renúncia de receitas não conta com a mesma atenção. Assim, com base na Lei 12.527/2011, gostaria de obter as seguintes informações desse respeitável TCE-RJ:

Existe um departamento do tribunal para fiscalizações de concessões de incentivos fiscais, existem servidores especializados no assunto?

Poderiam me indicar uma base de dados para que eu possa pesquisar casos analisados pelo TCE-RJ sobre a concessão de incentivos fiscais?

Caso haja algum relatório ou estudo sobre a atuação do TCE-RJ nessa área e os resultados obtidos nessas fiscalizações, poderiam compartilhar? Obrigado.”

Em resposta, o Setor Especializado informou que:

O TCE-RJ é organizado administrativamente em cinco subsecretarias, dentre as quais seve ser destacada a Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR, criada pela Lei estadual nº 4.230/03.

Conforme organograma do órgão (Disponível em <https://www.tce.rj.gov.br/organograma/>), a SSR é subdividida em cinco coordenadorias: as 1ª, 2ª e 3ª Coordenadorias de Auditorias de Contas têm como atribuições básicas a análise de processos de contas de governo municipal, tomada de contas e relatórios previstos na Lei Complementar nº 101/00, além da realização de auditoria governamental. A 4ª Coordenadoria de Auditorias de Contas possui as mesmas atribuições as anteriores, mas o seu jurisdicionado é o Estado do Rio de Janeiro.

E, por fim, integra a estrutura da SSR, a Coordenadoria de Controle da Receita – CCR cujas atribuições referem-se ao controle da receita de todos os entes jurisdicionados do TCE-RJ, conforme art. 11 do Ato Normativo TCE-RJ nº 183/20:

Art. 11. A Coordenadoria de Controle da Receita - CCR tem como atribuições básicas:

I – realizar auditorias governamentais na receita do estado e dos municípios jurisdicionados, assim como nos órgãos e entidades estaduais e municipais que tenham a atribuição de arrecadar, conceder, gerenciar ou utilizar recursos decorrentes das renúncias fiscais, bem como elaborar, instruir e revisar os respectivos relatórios;

II – acompanhar e avaliar as medidas de combate à evasão e sonegação fiscal, as quantidades e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa no âmbito do estado e dos municípios jurisdicionados;

III – analisar e acompanhar o desempenho da receita do estado e dos municípios jurisdicionados; (Disponível em <https://www.tce.rj.gov.br/cadastro-publicacoes/public/atos-normativos>)

Atualmente, a CCR é composta por uma equipe multidisciplinar de auditores, dentre os quais há contador, advogado, engenheiro e economista.

Ressalta-se que o controle da receita exercido pela CCR engloba ações de fiscalização relativas à concessão de incentivos fiscais. Nos últimos sete anos, foram realizadas as oito auditorias que envolvem a temática de incentivos fiscais, sendo elencados os seguintes processos: 113.423-3/14; 106.302-6/16; 108.773-3-16; 105.661-5/17; 105.696-0/17; 114.328-2/18; 100.514-5/19; 101.753-5/20.

As auditorias acima citadas estão disponíveis ao público em geral por meio do instrumento de consulta processual do sítio eletrônico do Tribunal de Contas, exceto os processos TCE RJ nº 106.302-6/16, 108.773-3-16 e 114.328-2/18, que tramitam em sigilo por conter informações protegidas pelo sigilo fiscal de contribuintes, nos termos do art. 198 do Código Tributário Nacional.

Por meio da consulta processual, o cidadão tem acesso à íntegra dos votos do Plenário desta Corte de Contas, além do relatório de auditoria do corpo técnico e dos documentos que integram a fiscalização.

Outrossim, com exceção dos processos sigilosos, é possível acompanhar as tramitações e obter cópia dos pareceres, decisões e imagens digitais dos processos deste Tribunal, após as decisões plenárias de mérito, no endereço eletrônico desta Corte, a saber: www.tce.rj.gov.br.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

TCE-RJ

Processo nº 005.118-6/21

Rubrica

Fls. 4

Atenciosamente,

ouvidoria@tce.rj.gov.br